

IMPORTAR MATÉRIA PRIMA

Roberto Rodrigues*

É conhecido o fato da nossa agropecuária depender muito fortemente da importação de fertilizantes. Estima-se que precisamos importar 90% do potássio que consumimos, mais 75% dos nitrogenados e uma menor dependência dos fosfatados, da ordem de 50%.

Segundo as estatísticas de comércio exterior, o grupo constituído por “adubos ou fertilizantes químicos” representa a segunda posição em valor no ranking das importações brasileiras, perdendo apenas para os “óleos combustíveis de petróleo ou de minerais”.

Não há dúvida de que este tema tem importância estratégica para o futuro da atividade rural.

Em primeiro lugar, porque já passa da hora de adubar as pastagens brasileiras para aumentar o número de cabeças por hectare, que ainda é muito baixo.

Em segundo lugar, porque o avanço da tecnologia na pecuária vai liberar áreas para a agricultura, o que demandará ainda mais fertilização.

Em terceiro lugar, o desmatamento legal de cerrados acontecerá em terras cada vez mais pobres e marginais.

Em quarto lugar, a formação de florestas plantadas em todo o país, necessária para cumprir o Código Florestal ou ainda, a recuperação de áreas degradadas não prescindirá de complementação dos elementos mencionados.

E em quinto lugar, mas talvez o principal, o aumento da produtividade agrícola será cada vez mais um elemento central para nossa competitividade internacional e para que o Brasil cumpra sua missão de ser um grande protagonista na missão de garantir segurança alimentar para milhões de novos terráqueos nas próximas décadas, e a relação aumento da adubação/maior produtividade está mais do que comprovada.

Por todas essas razões, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União, no dia 25/01 passado, o Decreto número 10.605, criando um grupo de trabalho interministerial- GT, destinado a elaborar um Plano Nacional de Fertilizantes e propor estímulos ao aumento da oferta nacional de matérias primas para a sua produção.

O GT é composto por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Economia, da Infraestrutura, de Minas Energia e de Meio Ambiente, será coordenado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e terá 120 dias para apresentar suas conclusões, podendo este prazo ser prorrogado por igual período.

Pena que não participarão do GT representantes do setor interessado - produtores rurais e a indústria de adubos - e nem de outros entes federados, embora o Presidente possa “convidar especialistas” para participar das reuniões.

Tomara que o GT traga ideias inovadoras e realizáveis, embora projetos dessa envergadura exijam investimentos portentosos com retorno no longo prazo, fora as dificuldades de licenciamento ambiental, quando jazidas estejam em áreas protegidas.

Além disso, é possível que as propostas indiquem mudanças tributárias, seja com incentivos fiscais para os investidores, seja aumentando tarifas para o produto importado, o que não contará com o apoio da classe rural, por encarecer custos. Ademais, a Reforma Tributária deve ser discutida em breve, e não se resolverá nada nesse tema fora desse projeto maior.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**